

# Mobilização pelo ensino (II)

UBIRATAN AGUIAR

Neste trecho do artigo cuja primeira parte foi publicada sábado último, deverásinalar que decorridos já dois anos de vigência da nova Constituição — com seus avanços em matéria de educação —, precisamos, como partidários de uma revolução educacional como via de democratização social e política, manifestar a nossa decepção e revolta com a precariedade da escola pública.

Diante da omissão e do silêncio do Governo, as condições do ensino em nosso País, longe de melhorarem, apontam para uma falência completa e irremediável. E isso representa não apenas uma tragédia humana e política na vida de um país incapaz de formar novas gerações de dirigentes, mas, ainda, a impossibilidade mesma de criar uma convivência democrática durável, o que só seria possível com a extensão das oportunidades de ensino a camadas cada vez maiores da população brasileira. Ora, nos dois últimos anos não se conseguiu, apesar dos avanços institucionais, estancar a tendência secular de nosso ensino a privilegiar as pequeníssimas elites em detrimento da grande maioria da população. O ensino no Brasil continua sendo cada vez mais elitista e mais segregador.

O embate substancial que travamos na Constituinte no campo da educação dizia respeito à manutenção de uma lógica perversa no sistema funcional de ensino, ou seja, à existência de um sistema dual, uma rede pública e gratuita contrapondo-se, ao ensino privado e pago. Essas

modalidades de ensino servem, coercitivamente, às distintas condições sociais, sendo desnecessário chamar a atenção para os desnivelamentos econômicos e sócio-culturais da sociedade brasileira. Na verdade, o sistema se estruturava na sua totalidade (ensino fundamental, médio e superior) para reproduzir e legitimar privilégios da elite econômica e parcela da classe média alta, solidificando na esfera educacional seus mecanismos de dominação e poder.

Era preciso que enfrentássemos essa realidade, adversa e injusta, como premissa para a consolidação da democracia. E era preciso também detectar os dispositivos oligárquicos que freavam o acesso das camadas médias e populares aos benefícios da educação.

Defrontamos com uma rede pública de ensino nos níveis fundamental e médio em processo crescente de degeneração e de falência, com uma lastimável qualidade de ensino, imponente para atender à demanda de estudantes pobres que a tinham como única opção. E remunerando com salários degradantes seu quadro de professores.

Na esfera social das classes abastadas, o ensino fundamental e médio se constitui em investimento de preservação de posições sociais privilegiadas. A escola paga preenche sua função de distinção social ao preparar com a cultura do vestibular e os valores de classe os novos quadros dirigentes das elites.

Sabemos que nossa classe média destina significativa parcela de sua

renda familiar à educação de seus filhos. Ora, a recessão econômica, ao afetar vertiginosamente os padrões de consumo e os níveis de renda dos trabalhadores e da classe média, tem agravado ainda mais o problema da educação, já que a escola pública é considerada um instrumento ineficaz de formação nas condições precárias em que se encontra em nosso País. Os conflitos que cercam o reajuste das mensalidades escolares revelam esta nova fase de crise na estrutura educacional.

O sistema educacional tem funcionado, pois, em nosso País, como filtro eliminatório, de alto teor elitista; e projeta-se dramaticamente no acesso ao ensino superior. As universidades públicas, inversamente do que se verifica nas escolas de ensino fundamental e médio, são dotadas de eficiência e qualidade, formando os quadros mais competentes. Reconhecidamente, nossa formação universitária é um divisor social que legitima a nefasta estratificação econômica e contribui para manter os desníveis sócio-culturais e a dominação de classe.

É um direito social e um dever do Estado proporcionar o ensino público a todos os brasileiros. Diante da sua omissão e do seu silêncio devemos opor nosso grito e nossa mobilização. Em outro artigo trataremos das possíveis alternativas para que a escola pública possa realizar plenamente sua função social.

■ Ubiratan Aguiar é deputado pelo PMDB do Ceará